

PESQUISA DE CAUSAS DE INFLAÇÃO  
EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE PAGAMENTO NO BRASIL

R O T E I R O

I — *Introdução*

- a — Finalidade
- b — Assuntos focalizados

II — *Definições*

- a — Moeda
- b — Tipos de moeda
- c — Encaixes bancários
- d — Depósitos à vista nos bancos
- e — Meios de pagamento

III — *Evolução dos meios de pagamento*

- a — Moeda legal
- b — Moeda escritural
- c — Índices evolutivos no período 1948 — 1954
- d — Conclusões

IV — *Causas prováveis do aumento dos meios de pagamento*

- a — Orçamento federal no período 1948 — 1954  
Ocorrência de déficits e superávits no período.
- b — Evolução do produto nacional — deflacionado
- c — As emissões e os déficits orçamentários.

V — *Consequências possíveis do aumento dos meios de pagamento*

- a — Evolução dos preços no período 1948 — 1954  
1 — Índices de preços com base em 1948 — 1954

VI — *Conclusões.*

## I — INTRODUÇÃO

O estudo da evolução dos meios de pagamento no Brasil leva-nos a apreciar um dos problemas mais complexos da Economia: a inflação.

A análise do fenómeno inflacionário requer pesquisa cuidadosa e paciente, e a aplicação de métodos rigorosamente científicos que permitam evidenciar as falhas porventura existentes, e as medidas que possam ser adotadas para evitar ou corrigir as conseqüências desastrosas de uma imperfeita política monetária.

O simples aumento dos meios de pagamento não constitui inflação, se, paralelamente, houver aumento da produção e transações de mercado.

Citando Maurice Byé, diz Eugênio Gudín que a inflação pode ser definida como a situação em que “o incremento da procura privada de bens de consumo no país, mais o das despesas públicas no país e mais o da procura no estrangeiro de exportações nacionais, não é acompanhado de um incremento equivalente da oferta de bens de consumo no país, mais o das economias nacionais, mais o das receitas públicas e, mais o da procura nacional de importações estrangeiras”.

### a — *Finalidade.*

O presente trabalho tem por fim esboçar a evolução dos meios de pagamento no Brasil em um período determinado, e as suas possíveis causas e conseqüências; a análise, por seu carácter de trabalho escolar, foi conduzida, por simplificação, em termos puramente de teoria quantitativa da moeda. Tratando-se de tarefa desta natureza, deu-se mais ênfase ao trei-

namento metodológico do que ao caráter exato e científico da pesquisa.

b — *Assuntos focalizados.*

De acordo com o roteiro, procuraremos definir os conceitos de moeda, seus tipos, os encaixes bancários, depósitos à vista nos bancos ou moeda em conta corrente e, finalmente, os meios de pagamento.

Acompanharemos a sua evolução traçando da moeda legal e escritural. Analisaremos os índices evolutivos do período 1948-1954 e, auxiliados por gráficos representativos desta evolução, procuraremos tirar as nossas conclusões.

Por último, focalizaremos as possíveis causas do aumento dos meios de pagamento e suas prováveis conseqüências.

## II — DEFINIÇÕES

Este não é um trabalho original. As idéias que expomos foram hauridas na leitura dos grandes mestres e nas admiráveis aulas ministradas pelo nosso catedrático de “Moeda e Crédito”. O exercício foi orientado pelo instrutor, quase nada restando que seja propriamente nosso.

Diz W. A. L. Coulborn que as definições constituem uma incômoda necessidade. E pergunta: Que é uma definição e por que dela precisamos?

Ele próprio responde: “a definição é uma descrição de tal espécie, que não permita dúvida alguma sobre a coisa definida. Deve ser *compreensiva* no sentido de abranger tôdas as características daquilo que se define, e *exclusiva*, não permitindo que qualquer outra coisa possa ser contida nos seus termos”.

a — *Moeda*

Ao tentarmos definir os meios de pagamento a primeira dificuldade que se nos apresenta está na própria denominação, pois, na atualidade, os termos moeda e dinheiro tendem a confundir-se.

Em quase todos os idiomas encontram-se as duas expressões: *money* e *coin*, no inglês; *monnaie* e *argent*, em francês;

*moneta* e *denaro*, em italiano; *moneda* e *dinero*, em espanhol; sem que haja uma perfeita diferenciação dos seus conceitos.

Gual Villalbi diz que seria mais simples chamar-se *moeda* às emissões de signos de pagamento que o são por prescrição estatal, e levam o cunho ou distintivo de garantia do Estado, denominando *dinheiro* aos outros meios de pagamento que representam manifestações creditícias e são criações dos Bancos, e até mesmo de particulares.

Em sentido concreto temos em primeiro lugar as formas primitivas do dinheiro, baseadas no próprio valor: ouro, prata, gado e outros objetos de grande importância para os povos primitivos; em segundo lugar estão as formas mais aperfeiçoadas do dinheiro encontradas nas comunidades civilizadas, e que se desejam, não por elas mesmas, mas porque podem ser utilizadas para adquirir coisas necessárias: moeda, notas bancárias, cheques, vales postais, etc.

A maioria dos economistas foge à definição de moeda, como, de um modo geral em tôdas as ciências, à dos conceitos básicos.

No caso particular da moeda seria difficilimo, senão impossível, defini-la ressaltando-lhe a espécie, caracteres, funções etc.

Citaremos algumas definições, variando de acôrdo com as posições doutrinárias de seus autores.

Para Macleod:

“Moeda é a dívida do Estado, livremente transferível”.

Para Stanley Jevons:

“São barras de metal, de pêsos e títulos garantidos pelo Estado, certificadas de cunhos que revestem a sua superfície”.

O Prof. Augusto Machado esforça-se para apresentar uma definição completa, e preceitua:

“Moeda é a mercadoria *suigeneris*, destinada a avaliar as outras mercadorias e evitar as trocas em espécie”.

Fundamentado em Francis Walkes, diz Edwin Kemmerer:

“Moeda é o meio de troca comumente aceito em pagamento de bens e serviços, sem referência ao caráter ou crédito da pessoa que o oferece”.

Apesar de mais ou menos longas e objetivas, nenhuma destas definições consegue sintetizar o conceito de moeda, extra-

ordinariamente extenso e que, em algumas de suas funções, como por exemplo a moeda como valorímetro ou denominador comum de valores, chega a tornar-se um raciocínio puramente abstrato.

b — *Tipos de moeda.*

*Moeda metálica:* que tem o valor intrínseco do próprio metal em que é cunhada.

*Moeda representativa:* aquela que não tem valor intrínseco, mas que a qualquer momento pode ser convertida em metálico.

*Papel-moeda,* que além de não ter valor intrínseco, não é conversível. Fundamenta-se exclusivamente na confiança depositada no emissor, ou em dispositivo legal que torne a sua circulação obrigatória.

O aparecimento dos diversos tipos de moeda não foi estante, independente cada um, mas relacionados, quase que como uma consequência um do outro.

Apesar de considerar-se a invenção do papel-moeda, como dos tempos modernos, do seu uso se encontram vestígios na China desde 807 A. C.

A “nota” moderna só apareceu em meados do século XVII como “Bilhete do Tesouro” ou “Nota de Banco”. Primeiro na França, depois na Suécia, com a fundação do Banco de Estocolmo em 1656, e na Inglaterra em 1649. Na América os primeiros bilhetes apareceram no Canadá e em Massachussetts.

A princípio, o “Bilhete” foi o recibo de depósito de moeda metálica, visando a garantia, segurança e manutenção da estabilidade da moeda. Na Antiguidade já existia este tipo, porém sem a circulação que será a característica da moeda bancária.

A moeda representativa oferecia as vantagens de maior facilidade de transporte e entesouramento. E podia a qualquer momento ser exigido o metálico correspondente.

Transformando-se depois em instrumento de crédito, e ao ser criada maior quantidade de bilhetes que os depósitos reais, chegou-se ao papel-moeda.

Finalmente, temos a *moeda escritural* ou contábil, objeto de outro item.

c — *Encaixes bancários.*

Encaixes bancários são as reservas em metálico que os bancos emissores conservam em seus próprios cofres, para fazer face aos pedidos de conversão da moeda ou, no caso de moeda inconversível, para servir-lhe de garantia.

Aos bancos particulares é exigido por lei um encaixe bancário, correspondente a uma determinada porcentagem sobre os seus depósitos como garantia de suas transações e, ainda, como meio de que dispõe o governo para limitar ou facilitar o crédito.

d — *Depósitos à vista nos bancos ou moeda em conta-corrente.*

Depósitos à vista são aquêles que podem ser retirados total ou parceladamente pela simples apresentação de um cheque.

Não devem ser confundidos com os depósitos a prazo fixo porque êstes, teòricamente, não são disponíveis.

e — *Meios de pagamento.*

Os meios de pagamento de que os membros de uma comunidade dispõem para as suas transações, são representados pelo total da moeda manual, metálica ou em papel, menos os encaixes bancários de tôda natureza, mais os depósitos à vista nos bancos à disposição do público. Os depósitos a prazo também deveriam ser computados, pois, com a simples perda dos juros, podem, comumente, transformar-se em depósitos à vista.

### III — *EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE PAGAMENTO*

a — *Moeda legal.*

Ao estudarmos os diversos tipos de moeda, vimos a evolução da moeda metálica, com valor intrínseco, para a moeda representativa e, finalmente, para o papel-moeda, moeda inconversível, sem um encaixe bancário correspondente.

O papel-moeda é moeda fiduciária, sem ligação com qualquer padrão metálico, e baseada na confiança de quem a recebe em quem a emitiu. Como a aceitação poderia não ser geral, o governo converte-a em moeda legal dando-lhe curso forçado.

b — *Moeda escritural.*

A moeda escritural surgiu como consequência dos recibos de depósitos. Vendo os banqueiros que estes não eram exigidos em sua totalidade, começaram a fazer empréstimos com estes recursos. E da letra de câmbio passou-se ao cheque. Este não tem curso legal, e sua circulação fundamenta-se na existência do depósito contra o qual ele é sacado ou do crédito em forma de conta-corrente, e na confiança inspirada pelo banco e pelo sacador.

c — *Índices evolutivos no período de 1948-1954.*

Examinando o quadro nº I, referente à evolução dos meios de pagamento, verificamos que a coluna A nos apresenta o meio circulante. A coluna B os encaixes em moeda corrente. Temos, portanto, que a moeda em poder do público está indicada na coluna C, ou seja, a diferença de A menos B.

Somando C, moeda em poder do público, com D, depósitos à vista, obtemos o total dos meios de pagamento, coluna E, de que dispõe a comunidade para efetuar o pagamento dos bens ou serviços de que necessita.

Baseados nestes dados e igualando 1948, ano base, a 100, calculamos os números índices, referentes aos anos posteriores.

Por estes números verificamos a elevação, de 100 em 1948 para 283 em 1954, como se acha representado no gráfico nº I.

d — *Conclusão.*

Concluindo: o aumento dos meios de pagamento foi de 183%, ou, em números concretos, houve um acréscimo de (151.482 — 53.619=) 97.863 milhões de cruzeiros.

#### IV — *CAUSAS PROVÁVEIS DO AUMENTO DOS MEIOS DE PAGAMENTO.*

O aumento dos meios de pagamento geralmente é realizado pelas emissões monetárias efetuadas pelo Tesouro Nacional e pelos empréstimos concedidos pelos bancos, com repercussão quase constante das primeiras nos segundos.

Em tempo de paz, vários motivos determinam novas emissões:

- |      |   |  |  |
|------|---|--|--|
| para | { | estimular a economia em depressão, pela inflação proposta,       |  |
|      |   | defender a produção custeando a estocagem de produtos etc.       |  |
|      |   | atender ao pagamento das despesas públicas,                      |  |
|      |   | atender à mobilização bancária,                                  |  |
|      |   | atender ao serviço de redescontos,                               |  |
|      |   | atender a investimentos estatais, semi-estatais ou paraestatais. |  |
|      |   |  |  |
|      |   |  |  |

Estes objetivos podem ser atendidos pelas autoridades monetárias diretamente, ou indiretamente através das carteiras dos Bancos Oficiais ou dos Bancos Privados.

Às vezes, o Executivo solicita empréstimos por conta da receita a realizar. E emite-se papel-moeda para custear tais empréstimos. Estas emissões muitas vezes não são retiradas da circulação, porque o orçamento, desde a sua elaboração, e na sua execução, apresenta déficit e o governo recorre ao Banco do Brasil, sendo depois, então, encampadas pelo Tesouro do Estado, entrando assim diretamente no meio circulante.

a — *Orçamento federal no período 1948-1954.*

O quadro nº 2 representa o balanço do orçamento federal e nele verificamos a alternância de exercícios que apresentam déficit com os que têm superávit. Fazendo-se o cômputo geral no período considerado, verificamos que a sua soma algébrica é de — 7.585 milhões de cruzeiros.

b — *Evolução do produto nacional líquido — deflacionado.*

O produto nacional líquido é a soma de todos os bens e serviços produzidos por uma comunidade num determinado período (excluindo-se a parte referente à depreciação do capital fixo no ato da realização do produto.)

O crescimento da produção deve ser acompanhado pelo aumento dos meios de pagamento ou de sua velocidade, ou

de ambos, isto é, maior número de transações realizadas com a mesma razão de moeda, ou guardando uma proporção razoável, porque se se verifica crescimento desproporcional, os preços tenderão a subir, ou descer, em virtude de haver uma quantidade, maior ou menor, de moeda em relação à quantidade de bens e serviços a serem comprados. A lei da oferta e da procura manifesta-se no mercado fazendo subir o preço daquele elemento que menos aumenta. Este é o quadro esquemático do "núcleo de verdade", da teoria quantitativa da moeda.

O quadro nº 3 mostra a evolução do produto nacional líquido no período em tela. Aos preços correntes variou este de 188,7 milhões para 553,2. A fim de obter uma noção exata do aumento, fêz-se o necessário deflacionamento, pelos números índices de preços cuja evolução não decorreu do fenômeno inflacionário.

E assim, deflacionado, o aumento passou de 188,7 em 1948 para 249,2 em 1954, o que representa o acréscimo real da produção do Brasil em números índices, com base 100 nos valores de 1948, para 132 em 1954, revelando-se um crescimento de apenas 32%.

#### *c — As emissões e os déficits orçamentários.*

Examinando o quadro nº 4, verificamos que mesmo em anos de superávit houve emissões; e que estas não foram proporcionais aos déficits do orçamento normal, ocorridos nos exercícios de resultado negativo; logo, não foi apenas para atender à despesa pública orçamentária que os meios de pagamento foram aumentados.

Restar-nos-ia, pois, fazer o estudo pormenorizado do custeio de investimentos, e das outras causas prováveis da inflação.

Chama a atenção a desproporcionalidade existente entre o pequeno aumento da produção 32%, e o acréscimo dos meios de pagamento 183%, mesmo levando-se em conta a desvalorização do cruzeiro.

## V — CONSEQUÊNCIAS PROVÁVEIS DO AUMENTO DOS MEIOS DE PAGAMENTO.

Se compararmos o aumento dos meios de pagamento com o acréscimo da produção, deduziremos logo que uma das consequências prováveis será a elevação dos preços e conseqüentemente do custo de vida, dentro do princípio da equação das trocas, de Fischer.

### a — *Evolução dos preços no período 1948-1954.*

#### 1 — Índices de preços com base em 1948.

Referente à evolução dos preços dispomos apenas dos índices do quadro nº 3, e dos elementos do quadro nº 5, referentes ao custo de vida.

Apesar de não saber a espécie de tratamento pelo qual êstes índices foram obtidos, merecem-nos crédito por tratar-se de publicação da "Conjuntura Econômica."

Notamos, pelos dados do quadro acima mencionado, que o índice do custo de vida cresceu de 100 em 1948, para 234 em 1954; isto revela que o custo dos bens e serviços essenciais à vida da população cresceu de 134%.

## VI — CONCLUSÕES:

Resumindo: verificamos que as causas preponderantes do aumento dos meios de pagamento, e conseqüentemente da elevação do custo de vida, se situaram fora da área de cobertura dos déficits orçamentários da União, uma vez que as emissões ultrapassaram em muito tais déficits. A pesquisa deve ser prosseguida no sentido de fixar a contribuição dos outros fatores da conjuntura inflacionária, tais como:

- a) — no setor financeiro, a ajuda a Estados e Municípios deficitários ou necessitados de recursos de investimentos,
- b) — no setor social, a ajuda aos Serviços de Previdência,
- c) — no setor econômico, o custeio de investimentos públicos e privados, o financiamento dos estoques de exportação

(produtos gravosos) e de importação (produtos de possível escassez em caso de guerra (COREIA), e os auxílios às autarquias industriais deficitárias.

Seria interessante uma pesquisa quanto à elevação dos índices de vida (elevação dos padrões de consumo) para uma verificação dos limites da pressão que êstes exercem na ascensão do impacto inflacionário.

---

NOTA: Os quadros anexos foram elaborados no Curso, com dados extraídos das fontes indicadas.

Q U A D R O N.º I  
EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE PAGAMENTO DO BRASIL  
DE  
1948 — 1954

*Em milhões de cruzeiros*

A N O	A	B	C A-B	D	E=C+D	ÍNDICE
	Meio circu- lante	Encaixes em Moeda Corrente	Moeda com o público	Depósitos à vista	Total dos meios de Pagamento	
1948	21696	3962	17734	35885	53619	100
1949	24045	4684	19361	40483	59844	112
1950	31205	6064	25141	53442	78583	146
1951	35319	6858	28461	65340	93801	174
1952	39280	7747	31533	78637	110170	205
1953	47002	9134	37868	86202	124070	231
1954	59039	10074	48965	102517	151482	283

Fonte: Mensário Estatístico n.º 51 - Set. 1955

Publicação do Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

Q U A D R O N.º 2  
RECEITA E DESPESA DA UNIÃO

1948 — 1954

(Cr. \$1.000)

Exercícios	Receita arrecadada	Despêsa realizada	Saldo ou Déficit
1948	15 698 971	15 695 591	+ 3 380
1949	17 916 540	20 726 713	- 2 810 173
1950	19 372 788	23 669 854	- 4 297 066
1951	27 428 004	24 609 329	+ 2 818 675
1952	30 739 617	28 460 745	+ 2 278 872
1953	37 057 229	29 925 491	- 2 868 262
1954	46 539 009	49 250 117	- 2 711 108

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil — 1955 — IBGE

## Q U A D R O N° 3

## PRODUTO NACIONAL DO BRASIL 1948—1954

Em Cr. \$1.000.000.000

ANOS	Produto Nacional	Índices de Preços **	P. N. Defla- cionado	índices
1948	188,7	100	188,7	100
1949	218,0	107	203,7	108
1950	253,0	118	214,4	114
1951	306,3	138	221,9	118
1952	351,7	153	229,9	122
1953	428,3	175	244,7	130
1954	553,2	222	249,2	132

Rev. Brasileira de Economia — 1955

FONTES:

\*\* Conjuntura Econômica 1956

## Q U A D R O N° 4

SALDOS DO BALANÇO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO E  
EMISSIONES REALIZADAS

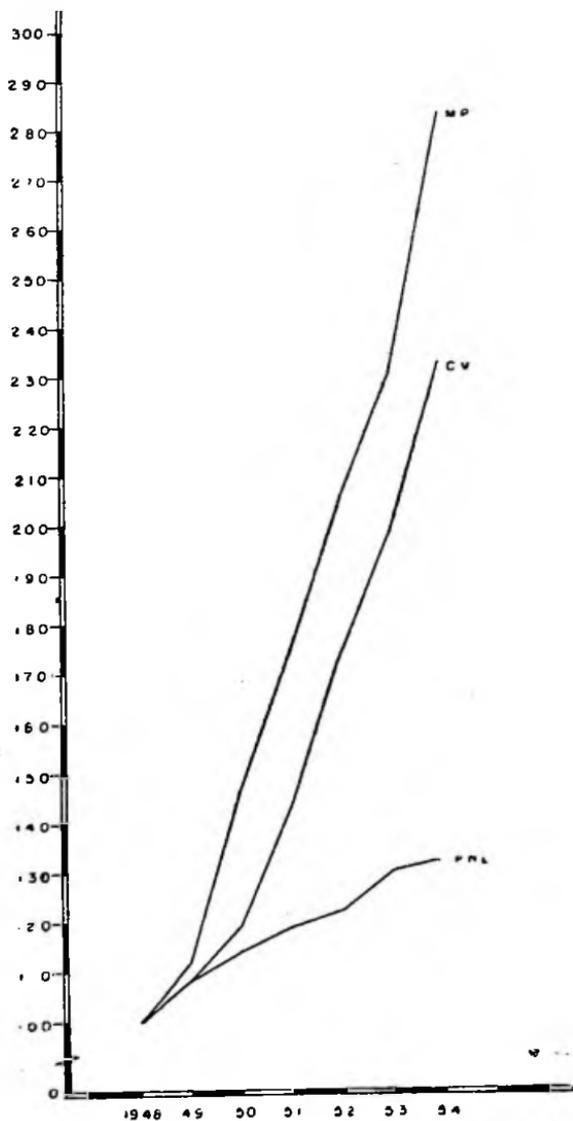
DE 1948 — 1954

Em bilhões de cruzeiros

Exercício	DÉFICITS E SUPERÁVITS DO ORÇAMENTO FEDERAL	AUMENTO DO MEIO CIRCULANTE
1948	Superávit —	1
1949	Déficit 3	3
1950	Déficit 4	7
1951	Superávit —	4
1952	Superávit —	4
1953	Déficit 3	8
1954	Déficit 3	12

GRAFICO REPRESENTATIVO DA EVOLUÇÃO DOS MEIOS  
DE PAGAMENTO CUSTO DE VIDA E PRODUTO NACIONAL  
LÍQUIDO (DEFLACIONADO),

1948 — 1954



## QUADRO Nº 5

## ÍNDICES DO CUSTO DE VIDA

A N O	N.º ÍNDICE
A N O	N.º ÍNDICE
1948	100
1949	108
1950	118
1951	143
1952	174
1953	197
1954	234